



# CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

1 **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANALISAR E DISCUTIR ACERCA DA**  
2 **POSSIBILIDADE DE MELHORIAS E DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO**  
3 **BALNEÁRIO ESTÂNCIA BOM JARDIM, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE**  
4 **MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.**

5  
6 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2022, às 18 (dezoito) horas, na  
7 Sede da Câmara Municipal de Mário Campos, localizada à Avenida Petrina  
8 Augusta de Jesus, 100, São Tarcísio, foi realizada Audiência Pública para  
9 analisar e discutir acerca da possibilidade de melhorias e desenvolvimento do  
10 bairro Balneário Estância Bom Jardim, decorrente do Requerimento nº 06, de 10  
11 de fevereiro de 2022, de autoria dos vereadores Rogério Luiz Souza Prado e  
12 Marcos Antônio Araújo. Compuseram a Mesa de Trabalhos os seguintes:  
13 Vereador Rogério Prado; Vereador Marcos Antônio Araújo; Prefeito Anderson  
14 Ferreira Alves; Promotor de Justiça do Ministério Público Antônio Domingos;  
15 Gerente do Departamento Municipal de Obras Fernando Evangelista Marcos;  
16 Advogada do Município Irene Sabino; Presidente da Associação dos Moradores  
17 do Bairro Estâncias Balneário Bom Jardim Aline Carolina Marques Araújo;  
18 Moradora do bairro Lívia Chaves. Registrou-se nesta audiência a presença dos  
19 seguintes: Vereadora Daniela Agostinho Henrique, Vereadora Edmê Gonçalves  
20 de Oliveira Tobias, Vereador Sevanir Isaias da Silva Filho, Vereador Reinaldo  
21 Francisco Silva de Magalhães, Vereadora Sammantta Françoise Bleme  
22 Carneiro, Gerente do Departamento de Meio Ambiente Gideon Dias Martins. O  
23 Presidente desta Audiência, Vereador Rogério Luiz Souza Prado, abriu os  
24 trabalhos e assim se manifestou: “É um momento muito importante, desde o  
25 início do bairro Balneário, em conversas que tive com a Lívia, com a Aline e com  
26 outros moradores, é que nunca se teve uma audiência pública, e acho o que a  
27 audiência pública é o momento para a gente de deliberar e demandar situações  
28 a fim de que as conversas passem a ser de forma oficiais, para que assim a  
29 gente possa de fato garantir aquilo que é de direito do morador do contribuinte  
30 dentro das justificativas e razões legais. Quero dizer ainda que essa audiência  
31 ela foi proposta e solicitada pela Presidente da Associação Aline, porque este é  
32 o momento para efetivar uma Ata com falas importantes das pessoas para que  
33 possamos dar continuidade ao processo dentro do Ministério Público, junto à  
34 Prefeitura, para que as promessas sejam cumpridas e o Bairro possa receber de  
35 fato as melhorias, aquilo que é direito de todos os moradores e contribuintes que  
36 moram ali no bairro Balneário e em tantos outros bairros do Município de Mário  
37 Campos”. Em seguida o Prefeito Municipal cumprimentou os presentes e assim  
38 se manifestou: “Este é um momento que estamos aqui é para somar, para trazer  
39 melhorias para o povo, para os bairros que precisam, é isto o que nós queremos  
40 e que vamos fazer”. Em seguida o Presidente da Audiência passou a palavra  
41 para Lívia Chaves, moradora do bairro Estância Balneário Bom Jardim, que  
42 assim se manifestou: “Para aqueles que conhecem eu sou a Lívia, sou uma das  
43 fundadoras da Associação do bairro Estância Balneário Bom Jardim. Hoje eu  
44 venho aqui passar como que surgiu a Associação do bairro. Eu comprei 1996 o  
45 terreno e com promessa de água e luz em 90 dias. Eles (vendedores) colocaram  
46 uma caixa d'água que servia para enganar a população, como muitos aqui foram  
47 enganados. Passou o prazo de 90 dias e nada de água e nada de luz. Procurei



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

48 o Prefeito na época e foi quando fui informada que o bairro se encontrava  
49 irregular. Quando eu e muitos aqui compraram, aqui pertencia a Ibitité, não  
50 Mário Campos e começou a luta. Conversando em minha casa com alguns  
51 proprietários de chácaras e chegamos à conclusão de montar Associação. Em  
52 2003 foi montada a primeira associação, a qual fui presidente por dois mandatos.  
53 Procurávamos o Prefeito, nos mandavam procurar até o IGAM, que não tinha  
54 nada a ver com instalação de água e luz. Em 2004 conseguimos junto com a  
55 COPASA que fosse instalada a água. O Prefeito liberou e encaminhou um ofício  
56 para COPASA, mas pediu que não houvesse ônus para a Prefeitura. Então a  
57 Prefeitura não entrou com um centavo para colocar nossa água. Éramos 35  
58 sítiantes, o valor de sessenta e poucos mil reais na época e foi rateado entre  
59 esses 35 moradores. E continuamos a luta e nada era feito, na rua quando chovia  
60 tinha buraco, não havia condições nenhuma naquele morro principal, era nosso  
61 maior problema, pois carro não subia e a pé era muita dificuldade. Fomos lutando  
62 e lutando, então mudou o Prefeito, o Senhor Anderson que procurou dar uma  
63 amenizada nas ruas. Um dia eu, o Prefeito Anderson e o advogado da época  
64 fomos ao Fórum, estivemos com Promotor que ficou de olhar a situação da  
65 energia, a qual também não foi resolvida. Todos sabem que nós só conseguimos  
66 a energia devido a um 'gato' que fizemos. Foi um foi um ponto para  
67 conseguirmos ter a energia. Nossa luta continua até hoje, continuamos sofrendo  
68 com muita poeira, muito descaso né com nosso bairro. Sabemos que a Prefeitura  
69 foi omissa na época da fundação do bairro, por que não deveria ter deixado o  
70 bairro crescer ou poderia ter embargado, sendo que eu disse para o Prefeito na  
71 época 'Prefeito, porque você não embargou? Quando eu comprei tinha dois  
72 barracões e você deixou o bairro crescer'. Em 2015 conseguimos um calçamento  
73 com o Deputado José Anselmo Domingos, que enviou um valor de R\$  
74 100.000,00 e nós conseguimos junto com Prefeito que fizesse a extensão de 1  
75 km de calçamento, o qual se encontra em precária situação, os carros balançam  
76 e fica parecendo que estamos montados em um cavalo. Então a situação do  
77 nosso bairro não melhora, hoje nós viemos pedir aos nossos vereadores e ao  
78 nosso Excelentíssimo Senhor Prefeito Anderson que nos ajude, nós estamos  
79 pedindo socorro, a situação lá é precária. Ocorreram essas chuvas e agora e a  
80 situação ficou em calamidade e ainda algumas ruas se encontram em  
81 calamidade. Então hoje nós viemos aqui pedir socorro para o bairro Estância  
82 Balneário". Em seguida o Presidente da Audiência assim se manifestou: "O  
83 intuito desta audiência pública é que possamos chegar num denominador  
84 comum, que a Prefeitura possa nos dizer que fará os investimentos, quais são  
85 os critérios, qual é o tempo, o que que é necessário fazer, para que a gente sair  
86 daqui com data, sair daqui com prazo. Porque desde o começo, como a Lívia  
87 disse, é tratado como parcelamento irregular, mas quais foram as ações para  
88 que mudasse o contexto do parcelamento irregular. Dizem 'Ah, pessoal comprou  
89 na área irregular porque quis'. A Defesa Civil me ensinou algo em qual eu não  
90 pensava dessa forma, que às vezes o dinheiro que aquela pessoa tem no bolso  
91 e precisa dar um teto para sua família é a conta de comprar um terreno em uma  
92 área como essa. Quantas pessoas nós conhecemos que moram em locais  
93 estação de risco? Mas foi este local que o dinheiro conseguiu comprar e  
94 construir. A omissão é do poder público, o qual me incluiu, hoje eu sou vereador,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

95 de não ir lá e tratar dessas questões quando estão crescendo, aconteceu com o  
96 primeiro prefeito, com o segundo prefeito e com o terceiro prefeito. Estamos aqui  
97 hoje debatendo isto porque lá no começo, no primeiro, no segundo até com o  
98 terceiro não se travou dizendo que já não se vende mais. Foram deixando as  
99 coisas acontecendo até chegar na situação de hoje. Pedi para Livia contar sobre  
100 o começo para todos entenderem e que isto não é para se mostrar isso ou caçar  
101 mídia, isto é para resolver de uma vez por todas a situação do bairro Balneário".  
102 Em seguida a Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Estâncias  
103 Balneário Bom Jardim Aline Carolina Marques Araújo no uso da Palavra  
104 cumprimentou a todos e assim se manifestou: "Como disse a Livia, nós vimos a  
105 anos sofrendo, desde o início do bairro e eu acho que agora chegou a nossa  
106 hora, da gente realmente unificar e mudar essa realidade e a gente só consegue  
107 mudar essa realidade juntos. Agradeço pela oportunidade desta audiência  
108 pública e nesse momento nós acreditamos que é um dos passos entre outras  
109 lutas que nós vivenciamos a anos. Há anos estamos buscando ser ouvidos e em  
110 busca por melhorias para nosso bairro. Ficou muito claro quando a Livia colocou  
111 todas as nossas angústias ano a ano que vivenciamos em nosso bairro. Isto não  
112 é de agora, estamos no segundo mandato do Prefeito Anderson e continuamos  
113 vivendo a mesma situação. Hoje, com esta audiência pública o sentimento que  
114 me remete nesse momento é de esperança, em acreditar que juntos podemos  
115 mudar essa realidade. Sou Aline, moradora do bairro Estância Balneário, vivo lá  
116 3 anos e sou Presidente da Associação desde janeiro de 2020, assumi a  
117 Associação diante de vários contextos que eu vivenciei e eu mesma fui vítima de  
118 várias coisas que acontecem em nosso bairro. Infelizmente, diante de situações  
119 desfavoráveis, que têm repercussões negativas na vida de cada um, não só  
120 adultos, mas como as crianças também. Atualmente eu coloco como propósito  
121 de sermos reconhecidos como cidadãos de direito e o nosso maior objetivo é  
122 buscar por melhorias de qualidade de vida no local em que escolhemos viver.  
123 Mas precisamos viver com dignidade. Foi muito bem colocada aí a questão  
124 referente sobre aonde escolhemos viver, mas o qual nós compramos, nós  
125 pagamos e cada um de nós foi enganado, porque na época que o meu esposo  
126 comprou o lote, nós não compramos como se fosse um lote irregular, ninguém  
127 nos disse, somos também vítimas disso e viemos sofrendo por isso há anos e  
128 quem está pagando por isso somos nós, que estamos lá. Os problemas vividos  
129 no nosso bairro, como a falta de acessibilidade, poeira, buracos, lama, carros  
130 atolados em lama, estragos e depreciações do nosso carro, que nos permite  
131 para sair para trabalhar. Eu saio da minha casa 4:30 da manhã para trabalhar e  
132 eu fico pensando a madrugada inteira se vou conseguir sair quando está  
133 chovendo. Eu não sei se eu precisar de um socorro de uma ambulância eu terei  
134 esse acesso, porque eu não sei se essa ambulância vai conseguir chegar até lá  
135 para socorrer qualquer um de nós. A falta de escoamento de águas pluviais, a  
136 falta de pavimentação, a coleta inapropriada de lixo, que temos percebido um  
137 aumento dos insetos, dos animais peçonhentos, dos quais podemos ser vítimas,  
138 das próprias doenças endêmicas. Crianças e adolescentes que muitas das  
139 vezes não têm atividade escolar regular, por que hora o escolar consegue ir hora  
140 não, principalmente nas chuvas. Quem perde com isto é a criança, que deixou  
141 de ter o direito dela de ir à escola. Hoje há na cidade um ônibus que faz a rota



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

142 da Saúde e lá no site da prefeitura está descrito que seria para todos os  
143 mariocampenses. Nós temos essa possibilidade? Não somos sequer  
144 contemplados com uma praça, com uma academia. enfim não somos  
145 reconhecido como cidadãos para essa gestão política a qual hoje está  
146 participando do município. Eu gostaria de compartilhar um vídeo com vocês o  
147 qual nós moradores temos propriedade em falar dele, pois o vivenciamos todos  
148 os dias. Para quem não conhece o bairro, eu trouxe um pouquinho só, porque é  
149 muito mais para se mostrar, porque nós vivenciamos isso, nós colocamos o  
150 nosso pé na lama, para as crianças irem para a escola. Até quando nós vamos  
151 colocar a sacolinha de supermercado no pé para a gente sairmos das nossas  
152 casas ou para levar uma criança na escola? Então este vídeo é para realmente  
153 demonstrar um pouquinho, pois para nós que moramos os sentimentos são  
154 muito mais angustiantes, porque ele não traz só as nossas dificuldades, mas  
155 também as nossas incertezas do que realmente será de nós amanhã. Vou tentar  
156 passar um pouquinho do que vem acontecendo desde quando eu assumi a  
157 associação. Sabemos que foram várias vezes que estivemos na Prefeitura, com  
158 vários diálogos, com reuniões, com atas, com várias solicitações formais, mas  
159 infelizmente nós cansamos das falácias, porque falam que há um embargo  
160 judicial no nosso bairro que não pode realizar nenhum tipo de obra. Eu sempre  
161 venho procurando e falei 'Se tem um embargo por favor me mostre onde tem,  
162 porque eu tenho aqui um Decreto, de 16 de maio de 2013, que estabelece as  
163 diretrizes de planejamento de gestão urbana e política municipal habitacional de  
164 interesse social, que reconhece o nosso bairro Estância Balneário, que no final  
165 diz a respeito do planejamento Urbano e a oferta prioritária de serviços públicos  
166 e essenciais'. Ora, que serviços são esses? Nós estamos dentro de uma  
167 realidade a qual nós vivemos precariamente. Então já foram anos e diante disso  
168 eu vim buscar ajuda do Ministério Público, o qual tem nos auxiliado. No dia 11  
169 de dezembro eu entrei em contato com a Promotoria de Ibirité, enviei um e-mail  
170 e pedir ajuda a Promotora Dra. Renata Valadão. Foi a primeira reunião online  
171 com alguns moradores porque ainda estávamos em período de pandemia. No  
172 primeiro momento ela deixou bem claro que ela teria que ir nos autos verificar se  
173 realmente existia esse embargo judicial, mas nessa reunião ela deixou claro que  
174 o município tem a obrigação de realizar obras de infraestruturas reivindicadas  
175 pelos moradores do Bairro. Na medida antecipatória contemplada, naquela  
176 época os réus tinham a obrigação de fazer as obras foram colocadas no  
177 processo, a prefeitura e a imobiliária Canarinho tinha 4 anos para fazer as obras  
178 e que já se tinham passado o prazo. No final dessa reunião, ela esclareceu que  
179 ação estava judicializada pelo Ministério Público justamente por que recaí sobre  
180 eles a obrigação de providenciar a regularização ambiental e urbanística do  
181 loteamento em virtude de ter se omitido quanto à realização do loteamento  
182 irregular. Deixou bem claro que a Prefeitura ela tem o dever de se fazer cumprir  
183 as obras no nosso bairro, porque além dela estar judicializada no processo ela  
184 explicou que a Prefeitura deve fazer a gestão do Município. Após isto, a Dra.  
185 Renata Valadão saiu da Promotoria e consegui entrar em contato com a Dra.  
186 Monique para a gente dar continuidade, porque nós continuamos vivendo os  
187 mesmos problemas e a gente precisa do Ministério Público. No dia 24 de junho  
188 a Dra. Monique veio até a Prefeitura de Mário Campos onde tivemos uma reunião



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

189 presencial com a participação dos alguns moradores, o Prefeito, Vice-Prefeito,  
190 Vereador Rogério e Advogado Márcio. Nesta reunião a Dra. Monique deixou  
191 claro para o Prefeito que a Prefeitura poderia sim assumir as obras no bairro,  
192 principalmente porque a Prefeitura foi omissa quanto à fiscalização do  
193 loteamento, além de ser o gestor da administração do Município, ficando  
194 acordado que a Associação iria reunir com os moradores, fazer um levantamento  
195 das prioridades de obras que seriam levadas em uma ata, o que foi feito na  
196 associação, fizemos a reunião, fizemos a ata consolidando o que que seria  
197 prioritário e arqueei esse ofício com todos os dizeres de todos os moradores  
198 conforme foi solicitado pelo Prefeito Anderson. Esta solicitação foi feita em 19 de  
199 agosto de 2021 e protocolei ela na Prefeitura, mas até hoje não nos foi colocado  
200 nenhum cronograma, nenhuma licitação foi feita e estamos vivendo até hoje na  
201 mesma situação. Então, diante deste contexto, venho aqui nesta audiência  
202 pública, enquanto Presidente da Associação e enquanto moradora, pedir ajuda,  
203 a continuidade do Ministério Público em nos auxiliar, com o Promotor Dr.  
204 Domingos e a essa Casa de Vereadores para nos ajudar a cobrar todas essas  
205 ações para que sejamos reconhecidos”. Em seguida o Presidente da Audiência  
206 cumprimentou o Promotor Dr. Domingos dizendo que espera seu auxílio na luta  
207 dos moradores do bairro Balneário e para ele passou a Palavra. Logo após, o  
208 Promotor de Justiça do Ministério Público Antônio Domingos cumprimentou os  
209 presentes e assim se manifestou: “Sou Promotor de Justiça de Minas Gerais a  
210 15 anos, ingressei na Instituição em agosto de 2006, passei por diversas  
211 Comarcas, cito a Comarca de Corinto, a Comarca de Santa Bárbara, a Comarca  
212 de Ouro Preto e agora desde setembro de 2020 a 5ª Promotoria de Justiça da  
213 Comarca de Ibité, com atribuições bastante graves, bastante desafiadoras, que  
214 são a defesa do meio ambiente, do meio ambiente natural, do meio ambiente  
215 Urbano e do patrimônio cultural, defesa do consumidor e a atuação na esfera  
216 judicial junto ao Juizado Especial Criminal e também junto ao Tribunal do Júri  
217 numa cooperação perante a 2ª Vara Criminal de Ibité. Tão logo foi convidado  
218 para reunião, entendi por bem como fundamental a minha presença. Penso que  
219 ao longo dos nossos trabalhos dos nossos trabalhos hoje eu poderia fazer uma  
220 exposição mais detida sobre o caso específico do bairro Estância Balneário Bom  
221 Jardim. Fiz questão de estar presente aqui hoje muito para ouvir a todos porque  
222 eu sou Promotor iniciei na 5ª Promotoria de Ibité em setembro de 2020 mas tão  
223 logo assumiu a Comarca de Ibité é uma Comarca de entrância especial, ela é  
224 o penúltimo grau da carreira e quando nós precisamos em comarcas de  
225 entrância especial nós podemos acessar alguns cargos de apoio ao Ministério  
226 Público. Eu tive a honra de ser convidado em setembro de 2020 para servir a  
227 corregedoria Geral do Ministério Público, então a Dra. Mônica e a Dra. Renata  
228 que foram muito bem referidas pela Aline, são Promotores de Justiça substitutas  
229 e quando o ingressei lá na Corregedoria-Geral, meu cargo ele eu tinha direito  
230 para o meu serviço não ficarem de habilidade e paralisada tem direito a um  
231 Promotor de justiça continuar os trabalhos, então trabalhei com Dr. Luciano  
232 França na corregedoria do MP até o final ao do ano passado, seu mandato se  
233 encerrou e depois de um período de descanso eu assumi em definitivo a partir  
234 do dia 24 de janeiro deste ano. As atribuições da 5ª Promotoria de Ibité e desde  
235 já me coloco à disposição de todos. O Ministério Público, para forte, precisa estar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

236 ao lado das pessoas. Nós temos enormes desafios na área de saneamento, na  
237 área da ordenação do espaço urbano, na área da regularização do loteamento,  
238 tanto por empreendimentos mal planejados, mal executados, por vezes mal  
239 licenciados. Nós temos uma infinidade de desafios, mas felizmente é uma  
240 Promotoria com a matéria que eu gosto de trabalhar já tive a oportunidade de  
241 trabalhar com a matéria, sobre tudo em Ouro Preto, que é um lugar igualmente  
242 desafiador sobre suas mais variadas matizes. Então o meu engajamento é  
243 enorme para bem atender a comunidade e espero estar à altura dos Desafios  
244 em de Mário Campos, Sarzedo, Ibirité para que nós consigamos resolver sempre  
245 que possível com diálogo com parcerias com bons acordos. Tive a alegria de  
246 conseguir logo nos primeiros dias de atuação em Ibirité, por Mário Campos nós  
247 tivemos a felicidade fazendo o acordo sobre o manejo adequado da população  
248 de cães e gatos aqui em Mário Campos, que era um tema difícil, havia uma certa  
249 dificuldade de construir e junto com o Prefeito Anderson, chegamos a um acordo.  
250 Espero também que nós consigamos avançar na temática do bairro Estância  
251 Balneário Bom Jardim e espero que a data de hoje seja uma data representativa  
252 para um novo impulso. Tenho detalhes do processo, uma série de questões a  
253 expor a todos, mas eu o farei adiante após essa minha fase introdutória”. Em  
254 seguida o Presidente da Audiência agradeceu a presença do Promotor. Logo  
255 após, o Prefeito Municipal, Anderson Ferreira Alves, cumprimentou o Promotor  
256 de Justiça e assim se manifestou: “Quero dizer a todos os moradores que minha  
257 vontade como Prefeito é de se resolver, nós temos em vários impasses, os quais  
258 o Promotor poderá nos ajudar. Temos aqui o Fernando, que já trabalhou na  
259 gestão passada e conhece o processo, a Dra. Irene que é efetiva e já conhece  
260 o processo, o Vereador Rogério, que foi funcionário da Prefeitura e já conhece o  
261 processo. Então eu como Prefeito quero ajudar esse povo que aqui está, que  
262 está sofrendo pelas estradas e sabemos que no período chuvoso as estrada  
263 acabam, ficam sem a locomoção dos ônibus escolares, como Aline pontuou bem,  
264 as ambulâncias têm dificuldade de acesso. Para gastar o dinheiro público, nó  
265 temos que ter a legalidade necessária, é aonde que nós estamos tendo esse  
266 impedimento e a Dra. Irene vai explicar melhor que eu. Então eu como Prefeito,  
267 juntamente com a Câmara de Vereadores, queremos resolver a questão do  
268 bairro Estância Balneário. Aline, em relação à última reunião tivemos como  
269 moradores, com a Promotora Dra. Monique, ficamos de fazer o levantamento até  
270 que saísse uma conclusão da ação judicializada. Então foi isso que nós  
271 combinamos, que iríamos fazer um levantamento juntamente com nossos  
272 engenheiros da Prefeitura, com o Thiago, Engenheiro do bairro Estância  
273 Balneário, e fizemos sim, mas aguardamos uma resposta dessa ação que está  
274 tramitando na Promotoria. Então estávamos aguardando um despacho. Nós  
275 queremos resolver e para isto a gente tem que ter uma legalidade para que  
276 depois o Ministério Público não venha para penalizar a mim. Então gostaria que  
277 a Dra. Irene desse, que está à frente do caso, e digo a vocês, nós temos os  
278 levantamentos de todas as ruas, sobre do calçamento, então nós precisamos do  
279 Ministério Público um deferimento, pois a prefeitura tem o dinheiro para fazer,  
280 mas precisamos um respaldo para que depois eu não seja penalizado”. Em  
281 seguida, a Advogada da Prefeitura de Mário Campos, Dra. Irene, que assim se  
282 manifestou: “Acompanho este processo desde 2013, esta ação civil pública foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

283 ajuizada em 2009 pelo Ministério Público, foi deferida uma liminar para que a  
284 Imobiliária Canarinho e o Sr. Alverindo fizessem as obras no bairro, o que não  
285 foi feito. Então a partir disso vários bens do Sr. Alverindo e da Imobiliária foram  
286 penhorados para que, com este dinheiro fossem realizadas as obras. P  
287 posteriormente o Ministério Público em 2021 requereu novamente uma liminar  
288 alegando que a situação do bairro e pedindo que fosse realizadas novas obras  
289 pelos 3 réus: o Município, o Sr Alverindo e a Imobiliária Canarinho. O Juiz  
290 indeferiu a tutela de urgência alegando que essa matéria já tinha sido analisada.  
291 Neste momento a gente aguarda os novos os novos passos processuais para  
292 que tenhamos respaldo na realização das obras. Em seguida o Presidente da  
293 Audiência agradeceu a Dra. Irene pela fala. Logo após, a Aline comentou: “Pelo  
294 que entendi a Dra. Renata havia pedido que se fizesse cumprir as obras no  
295 bairro, que chamasse o Sr. Alverindo, a Imobiliária e a Prefeitura para executar.  
296 Pelo que entendi, disseram que a Prefeitura não tinha o motivo de fazer a parte  
297 dela, então foi deferido que antecipasse esse julgamento porque estava bem  
298 próximo de se resolver, sendo esta a resposta do Juiz.” Logo após a Lívia disse:  
299 “Dr. Domingos, esta ação foi ajuizada em 2009, quando eu era Presidente da  
300 Associação. Ajuizei esta ação contra o Município que foi omissa e contra a  
301 Imobiliária Canarinho, que nos enganou. Há 13 anos, na época era Dra. Patrícia  
302 e o Promotor Dr. Paulo. A Dra. Patrícia veio nos visitar, fez questão de vir  
303 conhecer a nossa realidade, veio em dia chuvoso, andou no bairro todo, ela  
304 conheceu todos os nossos problemas, foi então que ela determinou que fizesse  
305 as obras, que a Prefeitura fizesse junto com a Imobiliária. A Imobiliária ainda  
306 existe em nome de outra pessoa, não é mais do Sr. Alverindo, é outra empresa,  
307 outros donos, só com o mesmo nome, acho que ela está em Sabará, na época  
308 procuramos, o dono chegou a vir aqui. Então para mim é uma ação que já havia  
309 acabado, porque 2009 até 2022, até hoje assim mudou muito pouco no nosso  
310 bairro e a Dra. Patrícia determinou que fosse cumpridas as ordens e daí então  
311 começaram a dizer que nosso bairro estava embargado, mas nunca nos  
312 mostraram a documentação deste embargo. Quando vamos na Prefeitura e  
313 dizem que o bairro irregular, está embargado, não podemos fazer nada, só se o  
314 Ministério Público determinar. Então hoje, perante o Ministério Público,  
315 queremos saber onde se encontra este embargo, quem embargou, porque eu  
316 acho que o Ministério Público não iria embargar uma obra de melhoria, por que  
317 nós sofremos todos os problemas daquele bairro e continuamos sofrendo. A  
318 energia foi uma dificuldade para entrar, a água foi a maior dificuldade, o  
319 calçamento que eu consegui na época tá uma porcaria, os carros andam  
320 pulando, e sempre que se busca alegam que o Ministério Público embargou e a  
321 Prefeitura não pode fazer nada no bairro. Então queremos que nos mostre onde  
322 está este embargo”. Em seguida o Presidente da Audiência assim se manifestou:  
323 “Como eu disse, desde o começo da história do bairro em 1996 que vem esse  
324 problema. É um parcelamento irregular de solo, só que a Prefeitura não fez o  
325 embargo do parcelamento desde o começo. Então foi omissa nas ações e dentre  
326 todas as tratativas nunca se foi feita uma audiência pública. Então, à pedido da  
327 Aline, entendemos por bem estar realizando esta audiência pública a fim de  
328 chegar no ponto final nessa história”. Em seguida, o Gerente do Departamento  
329 Municipal de Obras, Fernando Evangelista Marcos, assim se manifestou:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

330 “Assumi o Departamento recentemente, mas já conheço a história do bairro  
331 Balneário, tive oportunidade de participar de algumas reuniões com o MP.  
332 Infelizmente na última reunião que participei, a orientação que se tem realmente  
333 é de que todas as despesas, todos os custos fossem voltados para a Imobiliária,  
334 juntamente com o Sr. Alverindo e a Prefeitura até então era é isenta de participar  
335 deste custeio. Sabemos que são anos de luta, de dificuldades, mas no meu  
336 entendimento as decisões devem ser tomadas com bases na legalidade. O que,  
337 até então, acreditamos que a administração municipal não tem. Hoje nem foi feito  
338 um levantamento de custos, conforme o Prefeito se pronunciou aqui. Esse custo  
339 foi levantado, há uma previsão, há um custo de pavimentação até o bairro que  
340 gira em torno de dois milhões de reais, sem aplicação de drenagem, somente a  
341 pavimentação. Então o que tenho para falar que é estamos na Prefeitura,  
342 juntamente com Prefeito, dispostos a realmente a trabalhar pela população,  
343 atender as necessidades. Moro lá perto, sou morador de Mário Campos, nascido  
344 aqui, sei das dificuldades, então o intuito nosso é realmente ter condições de  
345 fazer e resolver, realmente dar dignidade, trazer condições para a população, o  
346 direito de ir e vir que é de todos. Então esperamos realmente uma decisão  
347 favorável para colocar em prática”. Em seguida, o Presidente da audiência assim  
348 se manifestou: “Agradeço ao Fernando pela fala, é bom saber sobre esse  
349 levantamento. Quero informar que no dia 21 de fevereiro foi protocolado na  
350 Prefeitura o Requerimento nº 6, de 10 de fevereiro, que foi aprovado nesta Casa,  
351 solicitando que fosse enviado a esta Casa quais seriam as obras, quais seriam  
352 os investimentos e quais seriam as ações da Prefeitura. No dia 8 de março recebi  
353 uma resposta que a Prefeitura informava que faria estudo e levantamento e os  
354 que foram feitos estaria à disposição no Departamento de Obras. Eu tinha  
355 solicitado essa documentação e se a gente soubesse dessa informação talvez a  
356 gente já tinha falado aqui no início da audiência. Depois eu enviei um ofício para  
357 a Secretaria de Obras do dia 15 de março perguntando quais obras eram essas,  
358 pois queria entregar escrito nas mãos dos moradores, mas não obtive resposta.  
359 Então por isso que a nossa fala continua sendo a cobrança de respostas, então  
360 agradeço ao Fernando que trouxe esta informação, porque não sabíamos disso”.  
361 Em seguida o Presidente da Audiência passou a palavra para Paulina Maria de  
362 Souza, que assim se manifestou: “Meu objetivo aqui é que temos nossa Chácara  
363 lá e estamos sofrendo muito, porque na gestão passada, em 2015, eles fizeram  
364 a pavimentação das ruas e colocaram todo o escoamento de água para nossa  
365 chácara, acabando com a chácara. Quem quiser ter a prova é só ir lá em casa  
366 que vai ver o que está acontecendo lá. A nossa casa, com a próxima chuva que  
367 vier agora, vai descer. Eu fico até sem palavras, me desculpem porque eu nem  
368 sei nem como falar, porque é tanta indignação, foi suor do meu esposo que  
369 trabalhou a vida toda de motorista para conseguir um lugarzinho aonde fosse  
370 viver sossegado, e hoje em dia ele tá com depressão de tanto ver as coisas  
371 caindo, dia a dia, só caindo as ribanceiras. A Aline é prova disso, ela já esteve  
372 lá, o Vice-Prefeito, todos estiveram, mas até então ninguém fez nada. Acho que  
373 eles vão esperar a casa cair primeiro, nós descer junto, para depois ir lá para  
374 resolver alguma coisa. Só assim que aqui no Brasil funciona dessa forma,  
375 enquanto não morre um embaixo da ribanceira no barro, aí ninguém faz nada”.  
376 Em seguida o Presidente da Audiência solicitou ao servidor Wellington que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

377 exibisse no projetor as fotos da casa da Sra. Paulina e do Sr. Antônio. Logo após  
378 a Aline explicou: “Isto é em decorrência da rua, que é uma avenida, não tem  
379 drenagem de água pluvial e com o calçamento que foi mal feito, toda a água foi  
380 para a casa da Paulina. Ela literalmente perdeu onde ela plantava e essa água  
381 tá afetando de tal forma que daqui a pouco ela vai perder onde que ela mora,  
382 porque a casa dela, se não houver tiver alguma interferência ela vai perder a  
383 casa”. Em seguida o Presidente da Audiência assim se manifestou: “Aí está a  
384 situação da casa da Sra. Paulina, acredito que o Prefeito tem conhecimento  
385 disso. Na gestão passada eu quero falar uma coisa que tenho conhecimento, eu  
386 era Coordenador da Defesa Civil e tem relatórios meus, Coordenador de Defesa  
387 Civil, solicitando a Secretaria de Obra juntamente ao Gabinete do Prefeito que  
388 fosse feitas obras no espaço. É um problema antigo e até hoje não foi feito nada”.  
389 Logo em seguida foi concedida a tribuna para Keila Fagundes, que assim se  
390 manifestou: “No ano passado nós tivemos uma reunião e o Prefeito prometeu  
391 para nós fazer licitação para o nosso bairro e se falou até em escritura. Temos  
392 gravado, nós temos como provar essa reunião. Como que nosso bairro é  
393 irregular, fazem promessa, fazem campanha, sobe lá em cima e suja os pés para  
394 fazer campanha. Veja a nossa situação, semana passada eu liguei a semana  
395 inteira para Secretaria de Obras pedindo um caminhão pipa, porque a minha rua  
396 tá insuportável. O Vereador Rogério esteve lá e viu, não há condição de abrir  
397 uma janela, a minha criança tem asma, constantemente no hospital e o caminhão  
398 pipa subiu lá hoje porque nós teríamos esta reunião. Todos os moradores aqui  
399 sabem, não temos obras paliativas. Chamamos a Rede Record, fizemos uma  
400 reportagem, a Prefeitura deu uma nota de que por causa da chuva não estavam  
401 fazendo obras paliativas. Mentira, nós não temos obras paliativas, temos que  
402 humilhar na Prefeitura para isto. Nem mesmo o caminhão pipa. Usaram como  
403 desculpa que a Vale não está molhando mais, mas nós somos pagadores de  
404 impostos, nós precisamos do caminhão pipa até que as obras sejam concluídas.  
405 Quanto tem chuva e os buracos, não tem trator, pois está estragado. Todos aqui  
406 sabem, ou trator tá estragado para arrumar a rua ou caminhão-pipa está  
407 estragado. Prefeito, eu tentei falar várias vezes com você, o Secretário de Obras,  
408 acho que é Rafael, fala que você não está, outra hora está em reunião, se ele  
409 não te passou então hoje você está ciente, nós não estamos tendo obras  
410 paliativas que você prometeu e falou na Rede Record. Nossa esperança é que  
411 essa reunião dê resultado, caso contrário, nós vamos manifestar, vamos chamar  
412 rede de TV, nós vamos mostrar e queremos chegar até o governador. Não tem  
413 condição um bairro de quase 30 anos, nós pagamos impostos e ser  
414 pessimamente recebidos pela Prefeitura, como se nós fossemos invasores, nós  
415 não somos invasores, nós compramos, pagamos, pagamos IPTU caro, se  
416 comparar com os pessoal de Ibirité nosso IPTU tá muito caro para quem não tem  
417 nada. As minhas crianças chegam sujo nas escolas, quando não é de barro é  
418 poeira, é humilhante um adolescente chegar no dia hoje dentro de uma escola  
419 para estudar todo sujo de poeira. Aí sofre bullying, chegam em casa aborrecidos,  
420 isso quando o ônibus chega, quando a situação não piora meu marido trabalha  
421 por conta própria com meu outro vizinho Rivaldo, a gente precisa de subir com  
422 o carro cheio de material”. Em seguida o Prefeito Municipal assim se manifestou:  
423 “Keila, você falou que ligou várias vezes, muitas das vezes as pessoas vão na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

424 Prefeitura atendo todo mundo, não precisa marcar dia nem horário, eu estando  
425 lá eu atendo todos. Em relação ao Rafael, ele não foi Secretário de Obras, mas  
426 vou averiguar isto. Como eu disse ao Promotor, desde que tenhamos algum  
427 respaldo, na medida do possível nós queremos fazer com que a obras  
428 aconteçam dentro do bairro Balneário. Irei apurar sobre as suas ligações, nós  
429 temos apenas um caminhão pipa para molhar todas as vias na zona rural, mas  
430 o serviço está sendo feito sim”. Em seguida o Presidente da Audiência concedeu  
431 a Tribuna para Vandeir Elias da Silva, que assim se manifestou: “Eu já me senti  
432 muito bem representado pela fala da Aline, pela fala da Lívia, e só ponderar  
433 mesmo sobre a questão do IPTU, que a gente paga em dia, que chega sempre  
434 em dia, e quando a gente precisa das mínimas coisas que sejam paliativo, de  
435 uma máquina para tampar um buraco, para a gente ter acesso as moradias,  
436 sempre nos deparamos com esse problema, de que a máquina está quebrada.  
437 Então quero deixar aqui registrado ao Senhor Prefeito, Secretário de Obras, para  
438 dar essa atenção pra gente”. Em seguida o Presidente da Audiência concedeu  
439 a Tribuna para Adilson, que assim se manifestou: “Sou morador do Balneário há  
440 uns 17 anos, desde o começo estou lá, a gente sabe o sofrimento desde o  
441 começo, antes foi água, a luz e muitas outras coisas. Hoje a gente tá precisando  
442 principalmente na minha rua, não passa caminhão pipa na rua onde que eu  
443 moro, não passa lixeiro, a lixeira que está na esquina estão retirando, pois a  
444 mulher está reclamando. Acho que qualquer um que tivesse o lixo jogado na  
445 porta de casa não aceitaria. Então eu não sei nem onde eu ponho mais tanto lixo  
446 que eu tenho lá em casa que não tem onde colocar caminhão não passa por  
447 causa das ruas que estão estragadas, o caminhão pipa não passa para jogar  
448 água, eu com a criança sempre doente, minha esposa é alérgica e está sempre  
449 passando mal. Então gostaria de ver se poderíamos ser beneficiados pelo  
450 caminhão de lixo e o caminhão pipa, que faça a manutenção nas ruas para o  
451 caminhão de lixo passar, fazer uma nova rota que beneficie todos os moradores.  
452 Em seguida o Presidente da Audiência concedeu a Tribuna para Jhonatan  
453 Pereira, que assim se manifestou: “Gostaria primeiramente de dizer que eu,  
454 Jonatas Pereira, me sentia totalmente envergonhado, Sr. Prefeito, de estar  
455 nessa Casa sendo cobrado por algo que seria de responsabilidade minha. Para  
456 mim não é o cargo de político que torna os políticos corruptos ou indiferentes,  
457 isto é questão de caráter, vem de berço. Se estamos nessa situação, em nosso  
458 país, acredito que não é só responsabilidade do governo federal, estadual ou  
459 Municipal, começa em mim quando eu jogo lixo na rua. Porém Sr. Prefeito, não  
460 somos nós que nos elegemos para representar a nossa cidade, não nos  
461 responsabilizamos particularmente por essa Cidade, foi o Sr. e os vossos  
462 vereadores que quiseram ser eleitos. Então você já saberiam das  
463 responsabilidades que teriam que arcar caso viessem a ganhar, portanto a  
464 pavimentação das vias públicas é responsabilidade do Município sim. Cabe à  
465 Prefeitura colocar o asfaltamento, instalar a drenagem da água da chuva e  
466 sinalizar as ruas. Estamos assegurados na Constituição Federal, ela é a lei maior  
467 do nosso país no que se refere não só à pavimentação, mas saímos da  
468 superficialidade, porque na Lei Federal 6766 fala que é poder e dever do  
469 Município regularizar o loteamento não autorizado ou executado sem  
470 observância das determinações do ato administrativo de licença configurando



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

471 portanto ato vinculado de municipalidade. Isto já foi protocolado como disse a  
472 Aline. Mas quem sabe se o Prefeito está sendo assessorado por pessoas ruins.  
473 Que bom que tem o Vereador que é pastor aqui e todos nós conhecemos o  
474 famoso Davi que lutou contra Golias. Davi ele tinha os seus valentes e Davi quis  
475 beber água da fonte de Belém, sabe o que aqueles homens têm fizeram? Eles  
476 romperam o vale e foram buscar água, então quem sabe você precisa ser  
477 assessorado melhor. E termino minha fala citando Martin Luther King: 'talvez não  
478 tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito,  
479 não somos o que deveríamos ser não somos o que iremos ser mas graças a  
480 Deus não somos o que éramos'. Então é dever da Prefeitura sim regularizar tudo  
481 aquilo que não está regularizado". Em seguida o Promotor de Justiça do  
482 Ministério Público Antônio Domingos assim se manifestou: "Eu já registro que os  
483 arquivos que o Wellington está manuseando é a cópia integral do processo com  
484 todos os documentos ação do Ministério Público, as decisões judiciais. É um  
485 arquivo atualizado até a data de ontem do processo judicial, então é um processo  
486 público, todos podem manuseá-lo, todos podem acessar, eu já deixo aí à  
487 disposição de todos para que acessem e tomem conhecimento de todos os  
488 pormenores da ação. Como já muito bem dito, o sofrimento da comunidades ele  
489 é visceral, é algo que machuca todos nós porque eu que sou pai também meus  
490 meninos também vão para escola ele entra escola sobre lama e chegar em casa  
491 chegar na ambiente escolar ou um carro que não consegue passar, são  
492 inúmeras dificuldades que todos os senhores estão submetidos a anos. Este  
493 caso ele me preocupa, especialmente porque há uma judicialização bastante  
494 antiga. Nós estamos falando de um processo iniciado no ano de 2009 e isso me  
495 faz refletir sobre como nós precisamos ser muito eficientes, primeiro numa fase  
496 de negociação de acordo e precisamos ser ainda mais eficientes na fase judicial,  
497 porque é um processo durar tanto tempo sem sentença é algo extremamente  
498 preocupante e nós estamos falando de direitos fundamentais, direito  
499 fundamental a uma cidade ordenada, direito fundamental a serviços públicos  
500 funcionando, direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Então são  
501 valores extremamente caros para nossa Constituição Federal de 1988,  
502 extremamente caros a toda população e extremamente caros ao Ministério  
503 Público. Como eu disse eu cheguei em janeiro e é um processo de 13 anos,  
504 então tudo que eu disser aqui é uma avaliação ainda inicial da minha Condução  
505 do caso, que agora cabe a mim cuidar do caso e como Promotor de justiça da 5ª  
506 Promotoria de Ibitaré, mas deste processo nós já conseguimos extrair algumas  
507 questões importantes e que precisam ser ditas sobretudo diante da manifestação  
508 da comunidade e também do Município. Primeiro é uma ação civil pública  
509 ajuizada em desfavor do Senhor Alverindo Rodrigues da Silva, da Imobiliária  
510 Canarinho e do Município de Mário Campos em razão desse parcelamento não  
511 regular que foi feito do solo ao longo de muitos anos. É uma ação proposta em  
512 2009 então é uma ação proposta quando nós ainda não tínhamos as leis atuais  
513 que nós temos de regularização urbanística, sobretudo destaco a Lei 13456 de  
514 2017, que é uma lei extremamente oportuna para resolução de casos  
515 envolvendo lucros urbanos informais consolidados até dezembro de 2016, então  
516 nós precisamos ter essa precisamos ter essa clareza fática do que nós estamos  
517 tratando de um núcleo Urbano consolidado lá no bairro Balneário Bom Jardim



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

518 até dezembro de 2016. Mas essa ação ela trouxe alguns pedidos liminares e  
519 alguns pedidos definitivos, mas é importante destacar a razão pela qual o  
520 Promotor de justiça ingressa com uma ação civil pública. Ele ingressa com uma  
521 ação civil pública quando a resistência em relação aos pedidos feitos, em relação  
522 a regularização urbanística, em relação a regularização ambiental. Resistência  
523 eu quero dizer oposição no nosso caso os réus pessoas jurídicas de direito  
524 privado e a pessoa física eles não tinha interesse em fazer a devida  
525 regularização e o devido parcelamento e daí a razão de se ingressar com ação.  
526 Em relação ao Direito privado e a pessoa física tinha interesse em fazer a devida  
527 regularização e o devido parcelamento e daí a razão de se ingressar com ação  
528 em relação ao Município se identificou a omissão dos seus deveres de  
529 fiscalização desse espaço urbano que estava sendo construído. Nós vemos hoje  
530 com muita clareza e passados 13 anos da ação que aquela resistência de 2009,  
531 aparentemente eu estou entendendo que hoje não há aquela resistência antiga  
532 de adequar aquele espaço urbano. O que que pediu o Ministério Público lá em  
533 2009? No item 3.2.1 o Ministério Público pediu a concessão de medida cautelar  
534 em relação ao réu Imobiliária canarinho e Alverindo Rodrigues determinando-  
535 lhes este juízo apresentação em juízo em dez dias, à contar da intimação, de  
536 cópia dos contratos firmados com os adquirentes dos lotes das quantias  
537 recebidas e a receber pela comercialização dos lotes para depósito em conta  
538 judicial, salvo se apresentada caução idônea sob pena de arresto. Essa medida  
539 foi deferida pelo juízo no dia 7 de Outubro de 2009, o item A em relação ao entes  
540 não municipais. O item B cessação imediata da prática dos seguintes atos em  
541 qualquer parte do loteamento enquanto não regularizado urbanístico e  
542 ambientalmente o empreendimento mediante a obtenção das licenças devidas.  
543 Quais são as especificidades do item B? Realização de vendas, Promessas de  
544 vendas, reservas de lotes ou quaisquer outros negócios jurídicos que manifesta  
545 a intenção de vender ou alienar por qualquer forma ou modalidade lotes ou  
546 frações do referido parcelamento. Realização de qualquer processo ação da  
547 realização de propaganda ou publicidade sobre loteamento pedido também  
548 deferido pelo juízo. Recebimento de prestações ou mensalidades vencidas e  
549 vincendas relativas ao lotes devemos adquirir realizar o depósito em conta  
550 judicial. E o item C, a fixação de placa na entrada do loteamento com a  
551 informação aos moradores e possíveis adquirente de que o empreendimento  
552 encontra-se embargado por determinação judicial em razão de sua  
553 irregularidade, ou seja também foi deferido em 2009. O que foi deferido lá atrás  
554 e permanece em vigor até os dias de hoje é que o empreendimento não  
555 expandisse legalmente não houvesse continuidade de sua expansão e legal,  
556 isso que foi deferido e é esse que é o chamado embargo, é o embargo da  
557 expansão ilícita daquele núcleo urbano. Os senhores compreenderam? Mas eu  
558 tenho uma decisão judicial com multas englobado essas duas pessoas,  
559 Imobiliária e a pessoa física, que estas pessoas estão judicialmente proibidas de  
560 expandir loteamento de vender de transferir. Agora se são pessoas, adquirentes  
561 antigos que estão vendendo, esse é um problema. Agora se eles continuam  
562 vendendo eu preciso saber disso. Essa decisão é uma decisão de 2009 sujeita  
563 a multa. Se o senhores puderem contribuir com informações e dados a respeito  
564 dessas vendas fora do período de vigência da decisão judicial isso tudo nos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

565 municia o Ministério Público para cobrar as multas decorrentes disso. Mas essa  
566 expansão é que está proibida compreenderam? Esse é o primeiro ponto que eu  
567 acho isso importante pontuar. Cessaçãõ imediata da prática dos seguintes atos  
568 em qualquer parte do loteamento enquanto não regularizado, ou seja essa  
569 expansão é que está embargada, e ela precisava ser comunicada com placas,  
570 por que qual que era a ideia na época? Vamos impedir que pessoas de boa-fé  
571 adquiram um local que tem uma série de passivos e esse esses imóveis ainda  
572 não estão aptos a comercialização lícita. Então vamos avisar a todos e vamos  
573 impedir essa expansão. Essa foi a mentalidade da época e que vigora até hoje,  
574 então eventuais descumprimentos precisam ser informados a Promotoria para  
575 que nós adotemos as medidas cabíveis mostrando que houve descumprimento.  
576 Prosseguindo o processo passou, os Réus no certa altura eles houve uma  
577 enorme dificuldade de identificação, de localização do paradeiro, e aí em data já  
578 bem mais recente, em junho de 2011, o item B, 3.1.1 e tem B, esse item D ele  
579 foi deferido pelo juízo é no ano de 2011 e o que que foi que que foi deferido aqui,  
580 requer ainda o autor, que é o Ministério Público, por ser necessária tutela com  
581 conteúdo artigo 8420 do CDC, para garantia das obras de infraestrutura e a  
582 reparação dos danos ao meio ambiente a indisponibilidade dos bens dos dois  
583 réus, pessoas física e a empresa, com a seguinte providência: oficial cartório de  
584 imóveis, oficial Detran, oficial Banco Central. Esta medida foi cumprida ao longo  
585 dos anos. Existem hoje inúmeros lotes pertencente a essa imobiliária que estão  
586 bloqueados. Inclusive em outras cidades. Então são esses quatro pedidos que  
587 foram deferidos pelo juízo e permanecem em vigência atualmente. Agora o que  
588 não foi deferido pelo juízo? Tanto à época na redação de 2009, quanto em data  
589 recente quando Dra. Monique ouvindo comunidade interagindo com todos  
590 postulou ao juízo dizendo 'olha juízo, a situação de 2009 se deteriorou ainda  
591 mais, nós temos pessoas passando inúmeras dificuldades, graves deficiências  
592 urbanísticas do Bairro, precisamos que o judiciário determine que obras de  
593 infraestrutura sejam realizadas para salvaguardar o direito daquelas pessoas de  
594 se locomover, estar em casa segura, de ter iluminação, drenagem, esgoto, obras  
595 mínimas'. Mas vejam, lembram do que disse, a ação só existe porque há uma  
596 resistência à implementação. Seguindo um pouquinho mais à frente, à época o  
597 Ministério Público pediu em relação a todos os Réus e inclusive em relação ao  
598 Município de Mário Campos, a regularização integral do parcelamento irregular  
599 no prazo de 1 ano, mediante licença ambiental corretiva perante ao órgão  
600 ambiental Estadual, a prefeitura e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
601 Regional responsável pela anuência prévia para o loteamento a realização de  
602 obras de infraestrutura faltantes, no prazo assinalado no ato de aprovação, por  
603 prazo não superior a quatro anos. Recuperação dos danos ambientais  
604 verificados no loteamento mediante apresentação de prédio no prazo de 120  
605 dias, o qual deverá ser executado no prazo de um ano. Então esse pedido é um  
606 pedido de tutela antecipada que foi feito pelo Ministério Público em 2009, a tutela  
607 antecipada é o seguinte diante da urgência do caso e da plausibilidade do direito  
608 alegado, o juiz pode antecipar os efeitos da tutela definitiva para antes do  
609 momento da sentença. Nós fizemos esses pedidos só que o juiz entendeu que  
610 diante da gravidade e extensão desses pedidos, não era o caso de fazer antes  
611 da sentença e indeferiu esses pedidos. O ministério público não manda o prefeito



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

612 fazer obras de infraestrutura. Nós podemos ser o judiciário, combinar fazer um  
613 acordo Prefeito, Ministério Público, 'Prefeito vamos organizar a solução do  
614 problema', fazemos o termo de ajustamento de conduta, termo de compromisso.  
615 Quando o Município não entende sobre o caso da mesma forma que o ministério  
616 porque não faz o acordo, o Ministério Público tem qual caminho? Não é o  
617 caminho do acordo do termo é o caminho da ação civil pública, que foi feita a  
618 época para quê para o poder judiciário, dentro de um processo, determinar ao  
619 Município a execução das obras de infraestrutura. O que que nós temos nessa  
620 ação civil pública? No item 3.3 como tutela definitiva aí na tutela definitiva são os  
621 pedidos finais que pretende o Ministério Público, a regularização integral do  
622 parcelamento irregular, a realização de obras de infraestrutura, a recuperação  
623 dos danos ambientais. Essa é a nossa tutela definitiva. Quando que a tutela  
624 definitiva vem? Quando nós temos uma sentença, essa sentença pode ser objeto  
625 de um recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça pode  
626 confirmar a sentença ou reformar a sentença e ainda tem o caminho recursal  
627 pela aquele que perdeu ação de ir para o Superior Tribunal de Justiça e ir para  
628 o Supremo Tribunal Federal. Ou seja havia da obrigatoriedade ela vem pela mão  
629 do Poder Judiciário, a via do consenso é uma via que nós não precisamos. Aqui  
630 no caso nós temos uma ação como a tramitação muitíssimo longa, a fase todo  
631 processo sendo muito rápido ele é ele é construído por uma fase de postulação,  
632 que é uma fase que o Ministério Público entra com ação, dos réus respondem  
633 as ação, geralmente pela contestação, essa fase de postulação, em seguida nós  
634 vamos para uma fase de instrução, que o juiz faz a instrução do processo e  
635 concluída a instrução ele vai julgar o processo dando ou não razão autor, no  
636 caso o Ministério Público, substituindo toda a comunidade do bairro atingido, por  
637 essas deficiências ambientais e urbanísticas. No nosso caso já teve a fase de  
638 postulação, Ministério Público entrou com ação todos os requeridos foram  
639 citados e apresentaram contestação. Nós ainda estamos na fase de instrução.  
640 O Município de Mário Campos Já postou o juízo o julgamento do processo na  
641 fase em que ele se encontra. O Ministério Público, por meio da Dra. Isabela de  
642 Carvalho Promotora de Justiça titular a época, ela postou a realização de prova  
643 testemunhal ouvindo algumas pessoas. Eu estou refletindo sobre a necessidade  
644 ou não da oitiva e tendo a dispensar a produção de pra gente já conseguir ir para  
645 fase de sentença. Só que nós temos um problema, os requeridos, a empresa e  
646 a pessoa física, pediram a perícia e o juiz ainda não se manifestou se ele fará  
647 determinará ou não a realização dessa perícia. Então nós temos ainda esse essa  
648 dificuldade de saber se o juiz vai encerrar a fase probatória e já ir para decisão  
649 agora, ou se ele vai deferir a produção da prova pericial pedida pela defesa  
650 daqueles réus. Isto está em jogo agora o que o Promotor está estudando de  
651 dispensar sua prova testemunhal entendendo que as provas produzidas ao  
652 longo dos últimos 13 anos e ao longo do inquérito civil são suficiente para  
653 demonstrar a plausibilidade da tese defendida pelo Ministério Público, e então  
654 pedir o julgamento da lide no estado em que se encontra, mas eu preciso fazer  
655 de uma forma fundamentada a sustentar para o juízo que a prova pericial pedida  
656 pela defesa não é necessária para o desfecho do caso e então ganharemos  
657 muito tempo para ir para sentença. A gente precisa fazer isso com muito cuidado  
658 dado que a defesa venha alegar o cerceamento de defesa e isso virar uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

659 nulidade futura do processo. Então ela que tem que ser feito com muita  
660 estratégia pelo Ministério Público e também pelo Judiciário na construção da  
661 demanda é o que eu que eu tratarei inclusive com juízo na sequência. Então sob  
662 a ótica estrita do processo, ele ainda tem um longo caminhar. Ele ainda tem que  
663 passar pela fase de instrução que o juiz pode indeferir a prova da defesa e já ir  
664 para sentença, aí a sentença pode ser de procedência total ou parcial, nós não  
665 podemos antever o que fará o juiz. Depois disso nós não teremos definitivo ainda  
666 a questão, porque eu não sei que nenhuma parte recorra o município não  
667 recorra, a pessoa física não recorra, a empresa não recorra, se recorrerem o  
668 processo irá para o tribunal de justiça para o Tribunal de Justiça examinar o  
669 recurso prover ou não recursos, isso levará tempo e depois do Tribunal de  
670 Justiça ainda tem as chamadas instâncias excepcionais, que é o Superior  
671 Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, cada um dentro do seu escopo  
672 de competência constitucional, para apreciar a causa. Ou seja nós temos sobre  
673 a ótica escrita do processo judicial um longo itinerário a seguir. E vejam, só serão  
674 originadas obrigações vinculantes desse processo quando essa sentença estiver  
675 pelo menos julgada sem recurso com efeito devolutivo, ou seja, o Tribunal de  
676 Justiça quando a pessoa apela a sentença fica ainda com seus efeitos  
677 suspensos só depois do julgamento do tribunal de justiça que nós poderíamos  
678 cogitar de uma execução provisória da sentença. É um caminho ainda muito  
679 longo que eu me comprometo a com meu melhor esforço a abreviar este  
680 caminho dentro da legalidade, sem causar qualquer tumulto ou falha processual  
681 que possa vir a beneficiar eventual requerido. Agora nós temos outros caminhos,  
682 o prefeito Anderson hoje nos trouxe um cenário que pode ser um cenário muito  
683 interessante para a solução do caso. Ele disse 'o Município tem interesse em  
684 fazer algumas obras'. Nós precisamos saber quais são as obras, se essas obras  
685 estão alinhadas a um projeto de regularização fundiária daquele loteamento, que  
686 a precisamos de ter um lugar seguro para vocês, como a infraestrutura resiliente  
687 às chuvas, a todo tipo de intempéries, com infraestrutura consolidada, nós não  
688 podemos errar na implementação. Se há realmente Prefeito a pretensão do  
689 acordo, eu penso que nós podemos trabalhar se nesse caminho de tentar ainda  
690 que eventualmente forma parcial resolver a lide com acordo entre Ministério  
691 Público x Município de Mário Campos, e nós podemos convocar os requeridos  
692 também buscar dos caras na solução uma retomada daquelas conversas que já  
693 ocorreram no passado, porque nós temos algumas preocupações em relação a  
694 essas questões, por exemplo, o Município não pode simplesmente substituir um  
695 loteador que não seguiu a lei, loteador não pode se enriquecer ilicitamente com  
696 recursos do Município que usa na verdade o dinheiro do povo para fazer essas  
697 obras. Se de um lado isso é verdade, de outro Município tem uma maior  
698 especialização, sobretudo em contexto de uma empresa que está sem atuação  
699 ativa há tantos anos, o município tem *know how*, instrumentos capacidade de  
700 fazer obras de uma forma melhor e mais eficiente do que essas pessoas que  
701 hoje tem patrimônio mas aparentemente não estão ativas, ou seja, pode ser um  
702 caminho de fazermos um acordo que visa a regularização urbanística do bairro.  
703 Precisa que o município se organize e a regularização urbanística é  
704 extremamente complexa e tem uma série de peculiaridades não é um assunto  
705 trivial. Precisa de um cadastro da comunidade, de uma classificação adequada



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

706 pelo Município, se é uma Reurb de interesse social, se é uma Reurb de interesse  
707 específico, com todas as suas variantes. O que pode ser um bom acordo seria o  
708 Município executar as obras com o empreendedor entregando os Imóveis,  
709 entregando patrimônio ao Município de Mário Campos para fazer frente a todo  
710 gasto que o Município de Mário Campos fará. Nós podemos tentar construir uma  
711 solução nesse sentido. É uma saída paralela ao processo não impede saídas  
712 negociais ou que o Município execute as intervenções. Vocês viram como eu  
713 mostrei nos pedidos que o embargo existente é um embargo para expansão  
714 ilegal do loteamento, para continuidade do parcelamento ilícito, mas toda e  
715 qualquer ação feita pelo Município na direção oposta, na direção de  
716 regularização, está alinhada com os pedidos do Ministério Público, seria até uma  
717 adesão voluntária ao que pede o Ministério Público, independente da sentença  
718 não há uma necessidade nós ficarmos esperando a decisão final porque essa  
719 decisão final ela demorará muito. Agora preciso extremamente leal com todos,  
720 porque eu não estou não estou dizendo que a partir de amanhã ou daqui a duas  
721 semanas começar a obra. O Município não está impedido de fazer a obra de  
722 regularização, por outro lado não é justo com a sociedade também que a  
723 sociedade, que o povo arque com obras que eram integralmente da  
724 responsabilidade daquele que empreendeu lá atrás de uma maneira inconforme.  
725 Então nós precisamos construir salvaguardas para que o recurso público que vai  
726 para essas obras, retorne do patrimônio daquele loteador. Eu acho que o nosso  
727 ponto nevrálgico é a regularização fundiária, temos que ver se é de interesse  
728 social, de interesse específico, mas com as garantias do loteador, sobretudo  
729 sendo de interesse específico as obras de infraestrutura precisam ser custeadas  
730 pelo empreendedor. O que eu penso que poderia servir para uma solução,  
731 porque temos problemas de curto prazo, que a comunidade não consegue  
732 esperar mais, e aí a questão da lógica da priorização que Aline trouxe, então eu  
733 peço também que essa lista das prioridades também seja enviada à Promotoria  
734 para nós pensarmos uma solução de curto prazo que são que medidas urgentes,  
735 quais são essas medidas urgentes, quanto custa, verificar se o Município tem  
736 condição de executar com garantias do empreendedor. Nós faríamos um acordo  
737 com as medidas urgentes, com esses valores que estão bloqueados, para tentar  
738 construir algo assim. E temos as medidas estruturantes de longo prazo, que é  
739 fazer a devida adequação urbanística de todo bairro. Esta poderia ser uma saída  
740 lícita e que resolveriam o problema de curto, de médio e de longo prazo, e que  
741 nós não necessariamente precisaríamos aguardar o desfecho da ação judicial,  
742 porque a ação judicial ela existe para obrigar quem não quer fazer. Se o  
743 Município tem o interesse de fazer ele precisa fazer com todas as cautelas,  
744 mesmo porque é um tema sensível se é uma regularização urbanística de  
745 interesse específico, um capital privado é o primeiro a ser chamado para fazer  
746 frente a esses gastos. Nós temos um processo com bens tornados indisponíveis  
747 e que podem ser costurados num acordo, talvez o interesse dos demais réus  
748 fazer um acordo". Em seguida a Presidente da Associação, Aline, assim se  
749 manifestou: "Fico pensando que deve ter um passo bem avançado em relação à  
750 regularização do bairro, por que era de competência do Sr. Fernando e parece  
751 que estava em uma fase de fazer a licitação da empresa que irá regularizar o  
752 nosso bairro. E esse passo da Prefeitura já havia sido dado, então acho que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

753 agora podemos pensar em fazer o TAC do acordo”. Em seguida o Promotor de  
754 Justiça do Ministério Público Antônio Domingos respondeu: “Na verdade, se a  
755 gente conseguir resolver isso num acordo o melhor cenário seria sentarmos à  
756 mesa todos os réus na ação, o município dizer que tem interesse em fazer a  
757 intervenção, mas assim quantificar essas intervenções, chegar em uma conta,  
758 os imóveis tem muitos bloqueado, e teria que ouvir da parte da imobiliária se eles  
759 terão interesse em que o Município realize e eles entreguem os bens. Isso seria  
760 o ideal, talvez não consigamos esse cenário que seria o cenário mais fácil e que  
761 talvez a empresa teria interesse em se desvencilhar de um grande passivo que  
762 eles têm. Agora se não houver acordo por parte da empresa nós precisaremos  
763 construir uma saída alternativa, que seria de uma execução pelo Município,  
764 então eu preciso realmente refletir com mais cuidado, porque sendo na  
765 regularização urbanística de interesse específico, em tese o recurso teria que  
766 sair apenas do empreendedor. Mas teríamos então uma facilidade, que se o  
767 Município tem interesse em fazer a regularização, nós poderíamos fazer no  
768 processo estratégia de aderência da parte do Município em relação aos pedidos  
769 faltaria pena da decisão em relação à empresa. Eu faço questão de dizer que é  
770 necessário preparo enorme do Município, e nós precisamos de costurar essa  
771 problemática de patrimônio do particular que deverá arcar com estas  
772 intervenções”. Em seguida o Presidente da Audiência assim se manifestou:  
773 “Nesse pensamento meu, não sei se seria leigo da minha parte, não seria o caso  
774 se a Prefeitura puder executar e cobrar judicialmente dos réus, porque assim eu  
775 entendo toda a criação do processo explicou, mas dependendo do andamento o  
776 pessoal continuará sofrendo se não houver um acordo”. Logo após o Promotor  
777 de Justiça Dr. Domingos respondeu: “Por isto eu penso que é preciso construir  
778 uma agenda de curto prazo, definindo o que é mais prioritário”. Em seguida o  
779 Presidente da Audiência concedeu a Tribuna para o Sr. Geraldo, que assim se  
780 manifestou: “Minha dúvida é a seguinte, eu tenho um imóvel na Rua Rio São  
781 Francisco, eu comprei o imóvel, tinha um problema com água fluvial, na gestão  
782 anterior entrei num acordo com o pessoal da Prefeitura, consegui algumas  
783 manilhas por doação, que estão lá, e venho sendo enrolado. A Prefeitura nunca  
784 tinha verba, isto desde de março de 2018. Eu tenho documento que prova pela  
785 Prefeitura acordo feito firmado e o pessoal só foi me enrolando, estive até com  
786 Sr. Fernando na Prefeitura, e por coincidência no dia que eu estava  
787 descarregando o caminhão de manilha uma Patrol da construtora Vale Verde,  
788 subsidiária da Vale. Conversei com o operador da patrol pedindo por favor para  
789 não jogar a água para o meu lado que está me prejudicando, essas manilhas  
790 que é para arrumar. Foi apenas virar as costas e o operador fez a saída da água  
791 toda para o meu lado. Depois lá foi feito um pedaço de um calçamento, que eu  
792 me envergonho, pois deveria estar na porta de quem necessita, por exemplo, de  
793 um idoso ou uma pessoa que tem uma criança. Eu fico constrangido, pois tenho  
794 um vizinho na rua Rio Doce e tudo que eu faço na minha propriedade eu  
795 prejudico ele. Eu fiquei envergonhado um dia que teve a reunião ele falou comigo  
796 que a chácara dele aumentou um metro e meio, por que a terra que eu joga no  
797 meu terreno desce para o terreno dele. Eu não coloquei mais terra. Eu procurei  
798 a Empreiteira Vale Verde, procurei a Vale, que simplesmente mandou uma  
799 representante que me falou que eu quisesse algum acordo, que entrasse na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

800 justiça. Fizeram calçamento que não está documentado na Prefeitura, conversei  
801 com várias pessoas ninguém sabe quem investiu o dinheiro daquele calçamento,  
802 jogaram a água fluvial da rua todo para o meu lado, tem uma cratera gigantesca.  
803 Antes eu entrava com caminhão dentro da minha chácara, hoje a pé está difícil  
804 de entrar lá. Fico com vergonha, porque a lei ela é para todos, mas ela é usada  
805 para beneficiar alguns que tem conhecimento da lei. Prefeito, eu queria te falar  
806 que sua história é muito bonita, o seu pai é um cara bacana que marcou história  
807 aqui no Município de Mário Campos. Marca sua história Prefeito, não é a  
808 chamada improbidade administrativa que vai penalizar, o que vai te penalizar é  
809 não fazer, não ter coragem. Aqui tem testemunha da sua doação do seu querer.  
810 Tem um Senhor que tá aqui representando o Ministério Público você tem  
811 embasado na realidade de Testemunhas. Não se esconda atrás da lei, Prefeito.  
812 Antes de te conhecer, liguei no seu gabinete e convidei para reunião, no primeiro  
813 momento me falaram que você iria, no segundo momento falaram que você  
814 mandaria um representante, no dia da reunião fiquei decepcionado, o Prefeito  
815 não foi, não mandou representante. Eu não moro mais aqui, mas quero voltar  
816 para cá, quero terminar de criar minha família aqui, mas com dignidade. Olhando  
817 no olho daqueles em quem eu voto, falei com o Prefeito William Parreira, com  
818 Dinis Pinheiro, com Toninho Pinheiro, com Pinheirinho, toma vergonha na cara,  
819 política não é feita por troca de favor, política é feito com boa vontade. Tenho  
820 aqui o carnê de IPTU desde 2018, quando o Sr. Fernando me recebeu um dia  
821 desse sentei ao lado dele, por que a gente precisa caminhar junto, Prefeito.  
822 Prefeito Anderson do Zé Baixinho, fazer história não é simplesmente pegar uma  
823 caneta e escrever história, é participar dela”. Em seguida, o Vereador Reinaldo  
824 Francisco Silva de Magalhães assim se manifestou: “Ano passado eu fiz três  
825 indicações para o bairro Balneário pedi as estradas que não ainda tivesse  
826 nenhuma infraestrutura para colocar as pedras que a Vale deixou mais de 2  
827 milhões em pedra aqui. Sempre o Prefeito sabe também sempre a gente pediu  
828 lá, mas sempre teve esse problema, sobre aquele calçamento é muito ruim da  
829 subida do Campo Belo fiz também um pedido lá. Ano passado eu pedi para  
830 passar asfalto em cima de alguns calçamentos porque aquele lá está péssimo  
831 também em 2021 fiz um pedido para calçar o bairro Balneário estou aqui  
832 mostrando Por que muitos de vocês não me conhecem mas estou sempre  
833 tentando trazer o meu trabalho para cidade de Mário Campos e o bairro  
834 Balneário não foi esquecido por mim”. Em seguida o Presidente da Audiência  
835 comunicou que a mesma seria estendida por mais 30 minutos para as  
836 considerações finais. Em seguida a palavra foi passada para o Presidente da  
837 Câmara, Vereador Marcos Antônio Araújo, que assim se manifestou: “Quero  
838 agradecer a presença do Dr. Domingos representando o Ministério Público e  
839 dizer que o Ministério Público é uma entidade com muito prestígio e credibilidade.  
840 Temos grandes expectativas, sabemos que não depende do MP o veredito em  
841 relação a essa pauta, mas nós temos expectativa que a intermediação de vocês  
842 passa fazer muita diferença nessa ação. Fico pensando, se o Município, não tem  
843 responsabilidade com o bairro, porque que o Município se beneficia dos impostos  
844 do bairro eu acho eu acho extremamente incoerente. Se houver a possibilidade,  
845 que seja suspenso pagamento de IPTU e até mesmo ressarcimento tem que ser  
846 feito, porque o morador e paga o imposto na expectativa de que ele vai volte com



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

847 políticas públicas. Entendemos todas as questões burocráticas e todas as  
848 dificuldades, mas eu acho que faltou sim boa vontade do Município em resolver.  
849 O Dr. trouxe algo interessante para solução que é justamente uma questão de  
850 humanidade. Quando eu vejo uma mãe vindo aqui dizer que o sonho dela e  
851 muitas pessoas que moram na cidade, passa a vida inteira morando nos grandes  
852 centros e depois vem para Município como Mário Campos porque eles querem  
853 tranquilidade, mas chega aqui e se depara com uma situação dessa. Eu sou pai  
854 eu e me solidarizo muito com a situação dos moradores do Balneário, já tive lá  
855 várias vezes vendo a situação, quase todas as situações foram apresentadas  
856 aqui eu vi pessoalmente. Então eu penso que são soluções que precisam ser  
857 tomadas em caráter de urgência, porque são questões simples e quando nós  
858 paramos para pensar que estamos no século 21 e perguntamos como que isso  
859 acontece nos dias de hoje. Então contamos muito que sejam feitos esses  
860 acordos entre Ministério Público e a Prefeitura, peço ao Senhor Prefeito que  
861 realmente se esforce ao máximo para que soluções sejam tomadas o mais  
862 urgente possível”. Em seguida o Presidente da Audiência convidou o Senhor  
863 Gideon, responsável pelo Departamento de Serviço de Limpeza Urbana para  
864 falar sobre a coleta de lixo. No uso da Tribuna, o Sr. Gideon Dias Martins assim  
865 se manifestou: “Sou responsável pela pasta de Meio Ambiente, e foi marcada  
866 uma reunião na esquina onde a lixeira estava instalada, com acúmulo  
867 significativo de lixo, eu dei minha palavra para todos eles que eu faria novamente  
868 o caminho a trajetória da Rota. A reunião foi posterior a chuva, então tinha  
869 algumas ruas que estavam realmente deterioradas e o caminhão de fato não  
870 passava na época da chuva. Posteriormente eu fiz essa rota conversei com os  
871 motoristas acerca da coleta por todas as ruas e eu comecei a fazer um  
872 mapeamento. Eu trouxe aqui o KML do arquivo que eu estou montando para  
873 poder apresentar para o pessoal do Balneário onde o caminhão vai passar. É  
874 um trabalho difícil de ser feito, que eu tenho uma expertise e fiz no Município de  
875 Congonhas, que é mapear as rotas. Tem duas ruas que estavam intransitáveis.  
876 Então de fato do caminhão não consegue ir até que haja uma obra de  
877 infraestrutura. Alguns moradores dessa rua disseram assim que não veem  
878 problema de ir a próxima rua para poder depositar o lixo porque o caminhão não  
879 consegue de ré, o risco é muito grande”. Em seguida, a Vereadora Sammantta  
880 Françoise Bleme Carneiro assim se manifestou: “Só uma indagação que me  
881 fizeram mas não soube responder, porque que o bairro ele paga IPTU sabendo  
882 que a situação dele é irregular desde o começo? Agradeço Promotor pela  
883 presença e acho a gente marcou o início de uma nova era e espero que  
884 compareça mais a esta Casa, que a gente consiga estreitar laços. Por muitos  
885 anos o Município de Mário Campos ficou sem respostas para muitas coisas”. Em  
886 seguida, a moradora Livia Chaves assim se manifestou: “Sr. Promotor, pelo que  
887 entendi desde o início disse que o Município poderia fazer as obras? Pois os  
888 prefeitos sempre alegaram que teriam que esperar a sentença para executar  
889 obras no bairro. Minha conclusão é a seguinte: viemos aqui pedir socorro, que  
890 fizessem por nós”. Logo após o Promotor de Justiça Dr. Domingos respondeu:  
891 “O juiz deferiu apenas os embargos para expansão do bairro, mas não deferiu a  
892 obrigação de que a Prefeitura executadas as obras. Mas se quisessem os  
893 prefeitos poderiam ter realizado estas obras de infraestrutura, nada os impedia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

894 Volto a dizer que o processo é público, estando disponível para todos. O que  
895 penso que podemos construir é enfrentar primeiramente as medidas urgentes  
896 com recursos provenientes do processo. Compete ao Prefeito e sua equipe  
897 avaliar se este é o caminho, que tem uma série de vantagens para a solução  
898 jurídica do caso. Sendo necessário garantir a segurança jurídica de execução. E  
899 a regularização urbanística tem duas finalidades essenciais que é a  
900 infraestrutura mas também titulação das propriedades para as pessoas, aqueles  
901 que eventualmente estejam em situação de indefinição de matrícula de  
902 propriedade. A regularização é o remédio certo para essa solução e por isso que  
903 ela precisa ser bastante estimulado incentivada. Sobre a questão tributária está  
904 relacionada com a arrecadação do Município, ficando a critério do Prefeito”. Em  
905 seguida o Prefeito Municipal assim se manifestou: “Em relação a tributação, irei  
906 buscar junto ao setor jurídico e para poder estar respondendo em relação aos  
907 questionamentos sobre a cobrança do IPTU”. Em seguida a Presidente da  
908 Associação Aline assim se manifestou: “Gostaria de reiterar minha perguntar  
909 sobre o Reurb, que ainda não foi respondida, pois é algo que está em processo  
910 desde 2020, parece que falta apenas um processo licitatório. E a lista de  
911 prioridades do bairro já foi feita desde 2021, então estamos esperando um  
912 cronograma fixo e que isto possa trazer as soluções que buscamos”. Em seguida  
913 o Prefeito Municipal agradeceu a presença de todos e garantiu que serão feitas  
914 melhorias no bairro. Logo após o Promotor de Justiça Dr. Domingos agradeceu  
915 a presença de todos e disse que as portas do Ministério Público está aberta para  
916 todos os cidadãos e afirmou que gosta de trabalhar perto da comunidade e que  
917 o Ministério Público não existe sem a sociedade apoiando em trazendo  
918 informações com fatos necessários para o cumprimento de sua missão  
919 institucional. Logo em seguida o Presidente desta Audiência, Vereador Rogério  
920 Luiz Souza Prado, agradeceu a todos pela presença e pela participação, disse  
921 que precisará de todo apoio do Ministério Público e afirmou esta Casa está ao  
922 lado do Povo de Mário Campos, portanto sempre que precisar a Câmara  
923 Municipal está a sua disposição. E Nada mais havendo a tratar, a Audiência  
924 Pública foi encerrada pelo Presidente, Vereador Rogério Luiz Souza Prado.  
925 Câmara Municipal de Mário Campos, em vinte e nove de março de dois mil e  
926 vinte e dois (29/03/2022).